

*f*inisterra

Revista de Reflexão e Crítica

res publica
fundação


FUNDADOR
Eduardo Lourenço

DIRECTOR
Fernando Pereira Marques

DIRECTOR ADJUNTO
António Reis

COORDENADOR
Joaquim Jorge Veiginha

CONSELHO DE REDACÇÃO

Alberto Martins, Eduardo Geda, Elísio Estanque, Glória Rebelo, Guilherme D'Oliveira Martins, Filipe Nunes, João Soares Santos, Pedro Adão e Silva, Pedro Delgado Alves, Pedro Nuno Santos, Reinhard Naumann, Rui Pena Pires, Vasco Franco

CONSELHO EDITORIAL

António Vitorino, Augusto Santos Silva, Carlos Brito, Carlos Zorrinho, Edite Estrela, Eduardo Ferro Rodrigues, Fernando Catroga, Francisco Assis, Helena Roseta, João de Almeida Santos, João Proença, Jorge Lação, José Lamego, José Maria Brandão de Brito, Lídia Jorge, Manuel Alegre, Miguel Serras Pereira, Paulo Ferreira da Cunha, Sérgio Sousa Pinto, Vital Moreira, Víralino Canas

Título: Finisterra – Revista de Reflexão e Crítica n.º 97 - Número Extra-Dezembro 2025

Proprietário e Editor: Fundação Res Publica

NIPC: 508519420

Redacção e Administração:

Avenida da República, 34 – 8.º, 1050-193 Lisboa

Telf.: 217 931 648

E-mail: geral@fundacaorespublica.pt

Pré-impressão: Âncora Editora | Av. Infante Santo, 52, 3.º esq., 1350-170 Lisboa

Impressão: Locape - Artes Gráficas

Periodicidade: Anual

Tiragem: 400 exemplares

Registo de Título n.º 127435

Depósito Legal n.º 43418/91

ISSN: 0871-7982

-
1. Os originais destinados a publicação deverão ser escritos a dois espaços em Times New Roman, corpo 12.
 2. A revista não se compromete a devolver textos não solicitados.
 3. Os artigos assinados são da responsabilidade dos seus autores.
 4. A reprodução parcial ou integral dos textos publicados na *Finisterra* é permitida mediante a autorização da Direcção e indicação da origem.
 5. Os autores são livres de adoptar ou não o chamado "Acordo Ortográfico".

ÍNDICE

PRESENÇA DE EDUARDO LOURENÇO

Um Século de Mulheres **09**

Eduardo Lourenço

EDITORIAL

O Povo Contra a Democracia? **11**

Fernando Pereira Marques

O POVO CONTRA A DEMOCRACIA?

A Democracia na Ordem do Dia **19**

Guilherme d'Oliveira Martins

EUA: Um *Wrong Winner*, a Crise do Sistema de *Checks and Balances* **27**

e o Jogo da *Overton Window*

Vasco Franco

As Universidades na América e a Nova Guerra do Conhecimento **53**

Emmanuel Kattan

A Geopolítica do Caos **61**

Joaquim Jorge Veiguinha

A Europa, Hesitante, à Procura de um Destino **81**

João Freire

Pare de Falar. Comece a Ouvir **91**

Paul Ribbeck

MEMÓRIA

Mário Soares e o Valor Supremo da Liberdade **97**

Ângela Montalvão Machado

IDEIAS

Tópicos de Renovação Democrática **107**

Paulo Ferreira da Cunha

Trumpismo e *Wokismo*: O Jogo dos Espelhos Invertidos **115**

Elyane Borowsky

O Preço da Obediência **129**

Sven Biscop

A Morte dos Valores da UE em Gaza **133**

Sven Kuhn von Bugsdorff

COLABORAM NESTE NÚMERO

Eduardo Lourenço – Ensaísta

Fernando Pereira Marques – Professor Universitário
e Investigador no IHC-UNL

Guilherme d'Oliveira Martins – Jurista

Vasco Franco – Investigador Associado do IPRI-UNL

Emmanuel Kattan – Lecturer, French Department,
Columbia University-NY

Joaquim Jorge Veiguiña – Ensaísta

João Freire – Professor Emérito de Sociologia-ISCTE

Paulo Ferreira da Cunha – Juiz Conselheiro do Supremo
Tribunal de Justiça

Paul Ribbeck – Especialista em Comunicação Política
e Responsável pela Internet do SPD, Berlim

Ângela Montalvão Machado – Professora na Universidade Aberta

Elyane Borowsky – Docente na Universidade do Québec
em Montréal, Canadá

Sven Biscop – Professor na Universidade de Ghent
e Director do Programa Europa no Egmont –
Instituto de Relações Internacionais em Bruxelas

Sven Kuhn von Bugsdorff – Diplomata e *Senior Adviser*
no Serviço de Acção Externa da União Europeia

José Lamego – Jurista

Luís Farinha – Historiador

Carlos Brito – Cartoonista

Mário Soares e o Valor Supremo da Liberdade

Ângela Montalvão Machado

Introdução

Na presente reflexão sobre o valor supremo da Liberdade na vida e obra de Mário Soares (1924-2017), pretendemos, ainda que de forma, necessariamente, sucinta, perceber como a Liberdade foi sempre o valor principal e inegociável para a figura central da História contemporânea portuguesa.

Pretende-se demonstrar como a Liberdade se constituiu como o valor supremo, que norteou a sua trajetória pessoal, política e intelectual durante toda a sua vida.

Serão revisitados momentos-chave: a infância e a influência familiar, a resistência ao regime do Estado Novo, os exílios e prisões, a fundação do Partido Socialista, a Revolução do 25 de Abril (o PREC e o 25 de Novembro), a sua ação como Primeiro-Ministro e Presidente da República, bem como o papel decisivo na integração de Portugal na, então, CEE (Comunidade Económica Europeia).

Pretende-se, ainda, destacar a dimensão internacional do pensamento de Soares, a sua visão humanista e europeísta e a sua firme defesa dos direitos humanos.

Mário Soares não apenas encarnou o espírito da liberdade, mas também contribuiu decisivamente para que Portugal se consolidasse como uma democracia plural e europeia. Com um profundo pragmatismo e otimismo, que imprimiu no caminho da liberdade, que pretendia para o País.

O valor da liberdade, na sua conceção, transcende fronteiras nacionais e permanece como um legado fundamental para a sociedade portuguesa e para os debates atuais sobre democracia e globalização.

A história política contemporânea de Portugal não pode ser compreendida sem referência à figura de Mário Soares, cuja vida e pensamento se entrelaçam com o objetivo de democratização e de liberdade iniciado antes e depois do 25 de Abril de 1974.

A presente reflexão propõe-se, assim, analisar a vida de Mário Soares a partir da categoria da liberdade como eixo estruturante. O texto organiza-se em seis partes: infância e juventude, resistência ao Estado Novo, fundação do Partido Socialista, governos e presidência da República e a liberdade como valor supremo.

A pertinência do tema justifica-se não apenas pela importância histórica de Mário Soares, mas também pela atualidade da sua mensagem, numa época em que democracias enfrentam desafios internos e externos. O estudo pretende evidenciar

como a liberdade, para Soares, não era apenas uma categoria política, mas também um princípio ético, social e cultural indispensável à dignidade humana.

Infância e Juventude

Mário Alberto Nobre Lopes Soares nasceu em Lisboa, a 7 de dezembro de 1924, no seio de uma família republicana e laica. O pai, João Lopes Soares, ex-pai, foi professor, jornalista e político republicano, tendo exercido funções como Ministro da Educação durante a Primeira República (Barreto, 2017). Este ambiente familiar marcou profundamente a formação do jovem Soares, inculcando-lhe valores de liberdade, justiça e responsabilidade.

A infância de Mário Soares decorreu num contexto político instável, em plena consolidação do regime do Estado Novo, liderado por António de Oliveira Salazar. Desde cedo, teve contacto com a difícil tensão entre os ideais republicanos de liberdade e o ambiente repressivo da ditadura. Como lembrou várias vezes, a educação recebida em casa foi decisiva para o despertar da sua consciência política: “As minhas ideias vêm do meu pai e dos amigos dele. A minha casa respirava política” (Vieira, p. 26).

Fez o liceu no Colégio Moderno, em Lisboa, propriedade do pai, onde se destacou pela inteligência e pela curiosidade intelectual. É no Colégio, que conhece Álvaro Cunhal, como seu professor e sob a sua influência torna-se, mais tarde, militante do PCP. Ingressa na Universidade de Lisboa, licenciando-se em História e Filosofia e mais tarde em Direito. Segundo Maxwell (1999, p. 153), “a formação académica de Soares, aliada à influência familiar, forneceu-lhe as bases para uma visão crítica da realidade portuguesa e para a valorização da liberdade como condição essencial da vida humana”.

Ainda na juventude, Mário Soares envolveu-se em atividades estudantis contra o regime, o que lhe valeu as primeiras detenções políticas. A repressão, longe de o desencorajar, reforçou a sua convicção de que a luta pela liberdade era não apenas necessária, mas inevitável. Como diz Pinto (2001), a juventude de Soares foi marcada pela coragem de assumir riscos num ambiente de censura e perseguição, sinal precoce do que viria a ser o seu papel de liderança na democracia portuguesa.

A Resistência ao Estado Novo

Grande parte da vida de Mário Soares ficou profundamente ligada à luta contra o regime autoritário do Estado Novo, instaurado em 1933 por António de Oliveira Salazar. O sistema político caracterizava-se pela censura, repressão policial e ausência das liberdades fundamentais. Uma ditadura, que chocava com

o profundo ideal de liberdade e que fez com que desde cedo, Soares se destacasse como um dos principais protagonistas da oposição ao Regime.

Ainda estudante universitário integrou organizações clandestinas e envolveu-se em movimentos estudantis de carácter antifascista. Foi preso doze vezes pela polícia política, a PIDE, num total de quase três anos de cadeia, o que lhe conferiu notoriedade entre os círculos oposicionistas (Rosas, 2016). Estas detenções não só demonstram a sua coragem, mas revelam, sobretudo, a sua inabalável convicção na importância da liberdade, como princípio norteador da sua vida e do que sonhava para Portugal.

Em 1949, participou ativamente na campanha presidencial de Norton de Matos, general republicano, que se opôs ao candidato do regime, Óscar Carmona. Apesar da derrota inevitável, a candidatura de Norton de Matos representou uma tentativa de mobilização democrática, que inspirou muitos jovens oposicionistas. Soares destacou-se como um dos rostos da mobilização estudantil em apoio à candidatura (Pinto, 2001).

Na década de 1950, envolveu-se em causas sociais e políticas, defendendo presos políticos *pro bono* e vítimas da repressão, enquanto advogado. A sua militância intensificou-se na oposição democrática.

Em 1952, desliga-se do PCP, em nome do socialismo democrático e do ideal de liberdade que defende.

Em 1958, o regime treme com a candidatura do General Humberto Delgado à Presidência da República e Mário Soares participa ativamente na campanha e, no ano seguinte, envolve-se nos preparativos da “Revolta da Sé”.

Em 1968, após inúmeras detenções e perseguições, foi deportado para São Tomé, o que simbolizou o esforço do regime em neutralizar uma das vozes mais incómodas da oposição (Barreto, 2017). É em S. Tomé, que começa a escrever o seu livro mais emblemático, que publicará em França, em 1972, sob o título *Le Portugal Baillonné* (Portugal Amordaçado).

O exílio tornar-se-ia uma constante na vida de Soares. Viveu em França, onde conviveu com intelectuais e políticos socialistas europeus, aprofundando a sua visão humanista e internacionalista da política. Para Maxwell (1995): “O exílio foi para Mário Soares não apenas um período de afastamento forçado, mas uma oportunidade de consolidar uma rede internacional de solidariedade, que viria a ser decisiva no processo de democratização portuguesa”.

Foi também num ato de liberdade, que resolveu estar presente no funeral do seu pai, que faleceu no dia 30 de julho de 1970, correndo o risco real de ser preso, uma vez mais, pela PIDE (Avillez, 1996).

MÁRIO SOARES E O VALOR SUPREMO DA LIBERDADE

O período de resistência ao Estado Novo consolidou a imagem de Soares, como combatente da liberdade. Nas suas memórias, escreveu que “a liberdade era o primeiro e último objetivo da minha luta” (Soares, 1994, p. 87). Essa convicção não apenas o motivou a resistir, mas também lhe deu legitimidade política no pós-25 de Abril, para liderar e concretizar um País livre e democrático.

Fundação do Partido Socialista

A criação do Partido Socialista (PS), em 19 de abril de 1973, na Alemanha, representou um marco fundamental na trajetória de Mário Soares. Até então, a oposição ao Estado Novo encontrava-se fragmentada entre comunistas, republicanos e democratas independentes. Soares percebeu a necessidade de estruturar uma alternativa socialista democrática, capaz de disputar espaço político, com o Partido Comunista Português (PCP) e de responder às aspirações de liberdade e justiça social (Pinto, 2001).

O congresso de fundação contou com militantes exilados e contou com apoio da Internacional Socialista, que reconheceu em Mário Soares um líder capaz de articular o socialismo democrático em Portugal. Este apoio internacional foi decisivo para garantir a inserção do PS no movimento socialista europeu, conferindo-lhe prestígio e legitimidade (Maxwell, 1995).

Defendia para Portugal o modelo do socialismo democrático, ou da social-democracia europeia, baseado numa economia de mercado e numa ativa sociedade civil, como confessou em entrevista a Maria João Avillez (1996).

Com a Revolução do 25 de Abril, em 1974, o Partido Socialista tornou-se rapidamente uma das forças centrais do processo revolucionário. Mário Soares regressou triunfal do exílio e foi recebido por multidões em Lisboa, numa demonstração de reconhecimento popular pela sua luta contra a ditadura (Barreto, 2017).

Estava conquistado, por mérito próprio, um carisma de “animal político”, que o acompanhou para sempre e que fez sombra, sobretudo desde O 25 de Abril, à figura de Álvaro Cunhal, líder histórico do PCP.

Foi o PS, com Mário Soares, que venceu as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975 e foi, novamente, o PS que venceu, com Mário Soares, as primeiras eleições legislativas, em 1976, tornando-se o primeiro Primeiro-Ministro indigitado, em liberdade.

Durante o conturbado período de 1974-1976, conhecido como Processo Revolucionário em Curso (PREC), Soares defendeu firmemente a democracia pluralista, que culminou no 25 de Novembro e rejeitou qualquer tentativa de imposição de uma ditadura de esquerda. A sua famosa frase “a liberdade é a nossa

bandeira” simbolizou a sua posição contra extremismos e contra a tentativa de hegemonia do PCP (Soares, 1994).

A fundação do PS representou, assim, não apenas um passo organizativo, mas a materialização do ideal de liberdade aliado à justiça social, consolidando o papel de Soares como líder incontornável da democracia portuguesa.

Como sintetiza Barreto (2017, p. 235), “Mário Soares fundou um partido que seria decisivo para a consolidação da democracia, mas, sobretudo, imprimiu-lhe o seu cunho pessoal: a liberdade como condição indispensável para qualquer projeto político”.

Primeiro-Ministro e Presidente da República

Com a vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas de 1976, Mário Soares assumiu o cargo de primeiro-ministro, tornando-se o primeiro chefe de governo constitucional após a Revolução dos Cravos. Este momento representou a concretização de décadas de luta pela liberdade e marcou a transição definitiva de Portugal para a democracia (Maxwell, 1995).

O primeiro governo constitucional de Mário Soares (1976-1978) foi particularmente desafiador. O país enfrentava graves dificuldades económicas, elevada inflação e instabilidade social. Ao mesmo tempo, a jovem democracia necessitava de consolidar as suas instituições, garantir liberdades fundamentais e equilibrar o processo revolucionário, com a normalização política.

Soares destacou-se pela defesa intransigente das liberdades democráticas, mesmo diante da pressão de setores militares e radicais de esquerda.

Mais tarde, regressaria ao cargo de primeiro-ministro, entre 1983 e 1985, liderando um governo de bloco central com o Partido Social Democrata (PSD). Durante este período, enfrentou graves problemas económicos e negociou com o Fundo Monetário Internacional (FMI), decisão difícil, mas necessária para estabilizar a economia portuguesa (Barreto, 2017).

Foi também sob sua liderança governamental, que Portugal pediu a adesão à CEE (Comunidade Económica Europeia). Soares percebeu como a integração era indispensável para o desenvolvimento do País e para a afirmação, na Europa e no Mundo, como país livre e democrático.

Em 1986, Mário Soares foi eleito Presidente da República, derrotando Freitas do Amaral numa das eleições mais disputadas da história democrática portuguesa. Tornou-se, assim, o primeiro Presidente civil a exercer o cargo após 1974, num gesto simbólico de consolidação da democracia.

Os dois mandatos presidenciais (1986-1996) coincidiram com um período de grande transformação nacional, marcado pela adesão de Portugal à Comunidade

MÁRIO SOARES E O VALOR SUPREMO DA LIBERDADE

Económica Europeia (CEE), em 1 de janeiro de 1986, processo no qual, como referido atrás, desempenhou papel decisivo. Para Soares, a integração europeia significava mais do que desenvolvimento económico: era uma garantia de democracia e liberdade para o país (Maxwell, 1995).

A Queda do Muro de Berlim e a dissolução da União Soviética foram um marco da vitória da liberdade sobre a ditadura e o totalitarismo. Soares dirá a Avillez (1997, p. 115) “Um regime totalitário, ou simplesmente ditatorial, é absolutamente irreformável. A liberdade não se articula artificialmente com compromissos ou meias medidas. Uma vez iniciado o processo, o medo desaparece (...) e nada passa a ser como antes. A própria mentalidade das pessoas se altera, irreversivelmente, nas suas expetativas, reivindicações e capacidade de luta. Aconteceu assim na Alemanha de Leste e na URSS, como em Portugal, em Espanha ou na África do Sul”.

Durante os dois mandatos, o Presidente destacou-se pelo estilo próximo e popular, pela defesa das liberdades individuais e pela insistência em colocar Portugal no centro do projeto europeu. Como recorda Barreto (2017, p. 245), “a presidência de Soares foi marcada por uma pedagogia democrática constante: a liberdade como fundamento da cidadania e da pertença europeia”.

Ao terminar o seu segundo mandato, em 1996, Mário Soares deixou o cargo com elevado prestígio, sendo visto, sempre, como um dos grandes arquitetos da democracia portuguesa.

O Valor Supremo da Liberdade

Se existe um conceito que sintetiza a vida e a obra de Mário Soares, esse conceito é a Liberdade. Ao longo de mais de sete décadas de militância política, Soares repetiu incansavelmente que “a liberdade é o valor supremo, sem o qual todos os outros valores se tornam irrelevantes” (Soares, 1994, p. 112).

Durante o Estado Novo, a liberdade foi o ideal que motivou a sua resistência, os sacrifícios pessoais e as constantes prisões. Para Soares, viver sem liberdade era inaceitável e por isso estava disposto a enfrentar o exílio, o isolamento e a censura. O livro *Portugal Amordaçado* (Soares, 1994) tornou-se símbolo dessa luta, denunciando a repressão e a ausência de direitos fundamentais.

Mesmo após a conquista democrática em 1974, Soares continuou a ver na liberdade um bem frágil, que necessitava de ser defendido contra novas formas de autoritarismo. O período revolucionário do PREC foi um momento decisivo nesse sentido, quando se opôs a tentativas de imposição de um regime de partido único. Para Pinto (2001), “a coragem de Soares em enfrentar não apenas a direita

autoritária, mas também setores radicais da esquerda, foi fundamental para que a democracia portuguesa tivesse a liberdade como pilar inegociável”.

A visão de Soares ultrapassou fronteiras nacionais. Como Presidente da República e como figura política internacional, defendeu a liberdade e os direitos humanos em diversas partes do mundo. Posicionou-se contra ditaduras na América Latina, denunciou violações na União Soviética e defendeu a construção de uma Europa unida em torno da democracia e da liberdade (Maxwell, 1995).

O seu pensamento estava profundamente enraizado na tradição humanista, segundo a qual a liberdade é inseparável da dignidade humana. Como assinala Barreto (2017, p. 212), “Soares entendia a liberdade não apenas como ausência de opressão, mas como condição plena para a realização do ser humano em sociedade”.

Legado da Liberdade

O legado de Mário Soares é, portanto, indissociável da defesa da liberdade. Ao longo da vida, combateu tanto a ditadura como a tentação do totalitarismo revolucionário. Foi também um pedagogo cívico, insistindo que a liberdade exige responsabilidade, pluralismo e tolerância.

Em discursos já no final da vida, advertia que a liberdade nunca está definitivamente conquistada, devendo ser defendida em cada geração.

Após terminar os seus dois mandatos presidenciais, em 1996, Mário Soares manteve-se como figura central da vida política e cultural portuguesa. Continuou ativo através de conferências, artigos de opinião e intervenções públicas, nunca abdicando de exercer o papel de “consciência democrática” do país (Barreto, 2017).

Em 1999, candidatou-se ao Parlamento Europeu, sendo eleito e assumindo-se como uma das vozes portuguesas mais respeitadas em Bruxelas e Estrasburgo. Nesse espaço, reforçou a sua visão europeísta e humanista, defendendo uma Europa livre, solidária, democrática e próxima dos cidadãos (Maxwell, 1995).

Nos anos seguintes, apesar da idade avançada, manteve-se atento à realidade nacional e internacional. Interveio frequentemente em debates públicos, defendendo a liberdade e a democracia contra novas ameaças, como a ascensão de populismos e extremismos. A sua voz era respeitada, mesmo quando assumia posições polémicas ou divergentes (Pinto, 2001).

Definiu-se a Avillez (1996, p. 292): “Sou afetivo, espontâneo, caloroso, atento às pessoas, sincero. As pessoas sentem isso e, em geral, gostam de mim”. A verdade é que manteve sempre esse lado afetivo com os portugueses, que, cremos, maioritariamente reconhecem serem devedores da sua luta e defesa intransigente da democracia e da liberdade.

MÁRIO SOARES E O VALOR SUPREMO DA LIBERDADE

O falecimento da sua esposa, Maria Barroso, em 2015, afetou profundamente o antigo presidente. Pouco tempo depois, a sua saúde começou a deteriorar-se. Mário Soares faleceu em Lisboa, a 7 de janeiro de 2017, aos 92 anos.

A sua morte foi assinalada com pesar nacional e internacional. Diversos líderes europeus e mundiais reconheceram nele a figura ímpar da luta pela liberdade e da consolidação democrática em Portugal. O país decretou três dias de luto nacional e as homenagens refletiram a dimensão histórica, que conquistou pela sua luta constante pela liberdade e pelos valores democráticos.

Conclusão

A trajetória de Mário Soares é inseparável da história recente de Portugal. Desde a juventude marcada pela militância no combate à ditadura do Estado Novo, passando pelas prisões, exílios e pela fundação do Partido Socialista, até ao exercício dos mais altos cargos do Estado, a sua vida foi dedicada à afirmação da liberdade como valor supremo.

Nascido em 1924, viveu a sua juventude sob o regime autoritário do Estado Novo, contra o qual combateu de forma incansável, enfrentando prisões, perseguições e exílios. Mais tarde, tornou-se fundador do Partido Socialista, desempenhou papel crucial na transição democrática e foi o primeiro civil a assumir a Presidência da República após a Revolução do 25 de Abril.

Como primeiro-ministro, enfrentou os desafios da consolidação democrática e da crise económica, sempre com a liberdade como bússola. Como Presidente da República, reforçou a posição do país no cenário internacional. Em todas as circunstâncias, destacou-se pela coragem política, pela visão humanista e pela capacidade de diálogo.

Em todas as fases da sua vida, Soares liderou a defesa intransigente da liberdade, que considerava o valor supremo de qualquer ordem política justa. A sua obra *Portugal Amordaçado* (Soares, 1974/1994), é testemunho da resistência a um regime que negava direitos fundamentais. Como observa Barreto (2017, p. 318): “Soares foi um homem que nunca se conformou com a ausência de liberdade e que fez dela a sua bandeira maior”.

Definindo-se como republicano, laico e socialista, diz-nos (Soares, 2009, p. 142): “Então qual será o caminho do futuro? O que mais se aproximou desse objetivo chama-se socialismo democrático ou social-democracia e pretende conciliar a liberdade absolutamente necessária e o progresso, com a igualdade possível nos diferentes estágios do desenvolvimento económico e também com a

fraternidade (ou solidariedade), que, como se sabe, não foi esquecida na trilogia fundamental da Revolução Francesa”.

Num tempo em que a democracia enfrenta novas ameaças, o legado de Mário Soares permanece atual e inspirador. O seu exemplo desafia-nos a reconhecer que a liberdade, longe de ser um valor adquirido, é sempre uma tarefa constante na sua manutenção, na defesa contra os seus inimigos, como refere Popper.

Mais do que um político, Soares foi um pedagogo da liberdade. Relembrou constantemente que a democracia não é apenas um regime político, mas um processo em permanente construção, que exige participação cívica, pluralismo e tolerância.

O seu legado ensina-nos que a liberdade não é dada, mas conquistada, defendida e transmitida às gerações futuras, como imperativo de sobrevivência, em Liberdade.

Bibliografia

- Avillez, M.J. (1996) *Soares – Ditadura e Revolução*. Lisboa: Círculo de Leitores;
(1996) *Soares – Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores;
(1997) *Soares – O Presidente*. Lisboa: Círculo de Leitores;
- Barreto, A. (2017). *Mário Soares: Um político de exceção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Maxwell, K. (1999). *A Construção da Democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- Pinto, A. C. (2001). *Contemporary Portugal: Politics, society and culture*. New York: Columbia University Press.
- Rosas, F. (2016). *Salazar e o poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta da China.
- Soares, M. (1994). *Portugal amordaçado* (2.^a ed.). Lisboa: Publicações Dom Quixote. (Obra original publicada em 1974)
- Soares, M. (2009) *O Elogio da Política*. Lisboa: Sextante Editora.
- Soares, M. (2011) *Um Político Assume-se*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vieira, J. (2013). *Mário Soares – Uma Vida*. Lisboa: a Esfera dos Livros.